

JOÃO PAULO DOS REIS VELLOSO*

Ao sair de audiência com o ministro Pedro Malan (a quem tinha ido convidar para abrir a sessão especial do Fórum Nacional sobre "Crise Global e estratégia do novo governo", no próximo dia 30 de novembro), fui interpelado pelos jornalistas e respondi que, obviamente, não poderia falar sobre minha conversa com o ministro. E o que lhes poderia dizer é o que penso sobre o ajuste fiscal, principalmente quanto às características que deve ter para alcançar êxito.

O ponto básico a ter em mente é que esse ajuste constitui, no mesmo tempo, elemento básico para restabelecer a credibilidade interna e externa na política econômica; e a pedra angular da estratégia econômica para o próximo período presidencial. A fim de preencher esse duplo papel, deve ele ser realizado através de duas linhas de ação.

A primeira é o ajuste fiscal para 99, que, segundo o acordo firmado com o FMI, deve produzir um superávit primário de 2,6% do PIB (algo na ordem de R\$ 25 bilhões). Requisito essencial desse ajuste, pelo seu papel estratégico no restabelecimento da credibilidade, é ser ele virtualmente auto-aplicável (Raul Velloso tem

insistido na necessidade de um ajuste que seja "crível". É a mesma coisa). Isso significa estarem as medidas ao alcance do governo, para transmitir a sensação de ser a solução adotada realmente factível. Medidas que dependam de lei complementar ou emenda constitucional não transmitem, em geral, essa percepção.

Ao lado disso, a forma de dar boa fundamentação política e social ao ajuste é identificar quais são os setores que respondem pelo grosso do desequilíbrio fiscal e neles concentrar o ajuste. Isto é: quem faz o déficit deve pagar pelo custo de sua eliminação.

Nos jornais de domingo, o presidente Fernando Henrique apresentou a Previdência Social (do Sistema INSS e, principalmente, dos servidores públicos) como a maior fonte de desequilíbrio. Daí ser natural que sobre ela se concentre o esforço de ajustamento.

Sabemos também da importância que a conta de juros tem, atualmente, para a determinação do tamanho do déficit nominal. Por isso, não se pode atacar o problema apenas pelo lado do superávit primário. É preciso usar o grande superávit primário de 99 como argumento para atuar decisivamente no sentido da redução da taxa de juros (porque o governo precisará ir muito menos ao mercado, para captar recur-

sos). Aliás, a segunda nota conjunta com o FMI já inclui um compromisso nesse sentido.

A segunda linha de ação do governo deve voltar-se para o ajuste fiscal permanente. Ou seja, aquilo que o ministro Malan chama de um novo regime fiscal, capaz de garantir, em caráter duradouro, o equilíbrio fiscal do setor público no Brasil. Aqui, estamos tratando de ações de caráter estrutural, que vão produzir efeito ao longo do tempo, mas que significam a solução definitiva, e em profundidade, do problema. Ações que vão desde as reformas – Reforma da Previdência, Reforma Administrativa, Reforma Tributária – até o esforço de aumento de arrecadação, mas sem elevação de alíquotas de tributos ou criação de novos tributos (alargamento da base de arrecadação, combate às brechas da legislação, combate à sonegação) e ao esforço de melhoria da eficiência do gasto público, com redução de custos e aperfeiçoamento dos mecanismos de controle de resultados.

Então, em resumo: sem a primeira linha de atuação não recuperamos a credibilidade. Sem a segunda, não há solução definitiva do problema.

*Ministro do Planejamento no governo Geisel